

O Almirante Antônio Luiz von Hoonholtz, Barão de Teffé

SUA VIDA - SUA OBRA

FREDERICO VILLAR - Cap. de Mar e Guerra

Senhores !

Honrando a memória do bravo Almirante ANTONIO LUIZ VON HEENHOLTZ, *Barão de Teffé*, egrégio Patrono da cadeira que ocupamos neste Instituto, cabe-nos, hoje, a gratíssima tarefa de recordar sua longa, proveitosa e modelar existência, proclamando os relevantes serviços por ele prestados ao Brasil na paz e na guerra.

Inicialmente, antes de analisarmos a sua brilhante biografia, seja-nos permitido relembrar a velha amizade e profunda veneração que a ele nos prendia e fazer uma pequena síntese das opiniões desse ilustre marinheiro ao comentar conosco acontecimentos que se desenrolaram no Brasil desde os primórdios da Nacionalidade, mostrando quanto as lutas pela integridade da cobiçada colônia portuguesa, e mais tarde pela sua Independência; as campanhas platinas, as rebeliões separatistas e a guerra do Paraguai, evidenciaram de modo positivo a influência que o Mar exerce sobre os destinos da nossa Pátria. Falava sempre cheio de orgulho pela eficiência, disciplina e heróico devotamento da nossa Marinha, em toda a nossa história, citando, entusiasmado, os seus Chefes mais notáveis, os seus feitos mais brilhantes, quer agindo isolada, quer apoiando operações do nosso glorioso Exército, sendo isso motivo — dizia ele com ên-

fase — para que ela seja sempre muito querida e admirada por toda a Nação.

Eram esses os assuntos prediletos do *Barão de Teffé*.

Em erudita palestra, que sempre recordamos com profunda saudade e emoção, dizia ele que “quando Colombo, aportando à terra que lhe surgira pela prôa da caravela “Santa Maria”, largou a primeira ancora, soldou, simultaneamente, ao fundo do Mar, o primeiro élo dos destinos do Novo Continente, cujo ciclo histórico ia então começar”. Era uma tése nacionalista que o Barão desenvolvia com brilho do seu fulgurante espírito e os entusiasmos da sua paixão pelo Brasil e pela América.

No caminho desse “Oriente Fabuloso” que a Europa, empobrecida e exausta por séculos de guerras e de devastações, buscava alcançar, varando a imensidade misteriosa do “Mar Tenebroso”, para haurir em seu seio, rico e opulento, a seiva regeneradora de sua Econômia, dizia o nosso venerando Chefe, surgia das águas uma terra virgem, de surpreendente beleza, onde, através do tempo, grandes nações levariam até aos extremos limites de sua grandeza a pujança que, no futuro, as tornaria fatores preponderantes da Riqueza Universal”. Era esse o seu pensamento:

“Em face do Velho Continente, que o ódio divide, a miséria angustia e a guerra devasta e arruina, ergue-se o Novo Mundo acolhedor, generoso, ardente; cheio de seiva, estuante de vida, ansioso de justiça, de paz, de liberdade; refúgio dos oprimidos de todas as terras, abrigo de todas as raças, campo aberto às nobres iniciativas e ao trabalho fecundo de todos os homens de boa vontade, e par eles uma nova Pátria”. E concluía assim, com veemência, mas sem perder a linha de fina elegancia e distinção que o caracterizava: “Constituindo contínua caudal, que, irresistivelmente, transpõe os mares em busca da América, milhões de criaturas formaram, num caldeamento incessante, novas nacionalidades, vigorosas e altivas, que aqui se desenvolveram sem minorias étnicas e com personalidade própria e cada vez mais distinta das raças assim amalgamadas através dos séculos”.

Senhores !

A Astronomia, a Navegação, a Geografia, a Geodesia, as Ciências Naturais, a História da Civilização, a Oceanografia e a História Militar do Brasil interessavam vivamente o *Barão de Teffé*, constituindo matérias sobre as quais discorria com extraordinária beleza e erudição. As grandes viagens, as descobertas marítimas, os problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil e os encantos e riquezas da nossa terra, eram sempre motivos para descrições e comentários interessantes do admirável *causeur* e profundo ciêntista, que era o nosso Almirante.

Ele afirmava que, antes de *Colombo*, de *Vicente Pison*, de *Cabral*, e dos primeiros pretendidos “descobridores” das terras americanas, já eram elas há muito conhecidas dos intrépidos pescadores da nórdica *Scandinávia*, que, em todos os rumos cruzavam esses mares, correndo atrás das baleias, dos cardumes migradores, das pescarias miraculosas, desvendavam os mistérios do Reimo de *Netuno* e, prolongando-se pela costa, vinha, desde a *Groenlândia*, até os extremos meridionais da *América*.

Rasgando largos horizontes à humanidade, esses audazes mareantes, corridos pelos vendavais e pelos longos cruzeiros, se abrigaram nestas terras e proclamaram os seus encantos e riquezas... *Fenícios*, *Gregos*, *Cartagineses* e *Arabes* — dizia-nos o nosso querido *Patrão* — há disso provas irrecusaveis — já aqui também haviam estado em épocas remotissimas.

As opiniões de *TEFFÉ*, foram mais tarde confirmadas por *ALEXANDRE TAYLOR*, notavel escritor inglês, que por aqui andou a estudar a nossa história e a parte tomada pelo Comandante *JOHN TAYLOR*, seu illustre Avô, nas lutas pela nossa Independência. *Taylor* demonstrou então que o nome “*Brasil*” não tem origem na “descoberta”; não procede absolutamente do pau de aparência ígnea, encontrado em grande abundância pelos portugueses na terra de *Vera Cruz*, como está geralmente aceito e erradamente ensinado em nossas escolas; mas sim que 300 anos antes da vinda de *Cabral*, os *Gaels-irlandeses* — já se referiam com entusiasmo a uma “*Bras-Eil*” — “*The Isle of the*

Blest" (*) — a "Ilha Abençoada" — gozando do "divine favour" — a "Ilha Santa" — "A Terra Venturosa", como tal amplamente conhecida e gabada pelos velhos e audaciosos pescadores da Bretanha, da Normândia, da Noruega e da Islândia, bravos marujos que em todos os sentidos recortaram o Atlântico com os seus velozes "drakers".

Esse nome — "Brasil" — consta, aliás, de antiquíssimas cartas e fidedignos documentos, figurando especialmente nos mapas venezianos de ANDRÉ BIANCO — em 1436 — como "Ilha do Brasil"; e a Enciclopédia Britânica diz que CABOT (Giovanni Cabot, navegador italiano) organizara em 1484 uma expedição a essa Ilha, que foi depois explorada por Vicente Ianez Pinson, em 1499.

Segundo TAYLOR, o próprio Cabral mostrára-se profundamente excitado e feliz — "*Jumped out of his skin in his excitement*" — "Não cabia em si de contente" — quando encontrou esta terra que, por sua beleza, doçura e fecundidade, lhe parecia ser exatamente a famosa "*Island of Happiness*" — a "Ilha da Felicidade" dos Antigos, que desde tempos imemoriais a ela se referiam como "abençoada pelos deuses", "*Ilha sagrada*" que, como lindamente diz o nosso colega, e grande escritor, Comandante EUGENIO DE CASTRO, em seu interessante "*Diário da Navegação de Pero Lopes de Souza*" — é "uma terra maravilhosa, afogada em selvas tropicais, regada por majestosos rios, murada de serras ciclópicas, trilhada por tribus nomades, e enamorada do Mar, debruçando-se sobre o Atlântico para oferecer, sedutora, a quaisquer navegantes, os remansosos seios das suas enseadas, angras ou baías".

"Adornam-na graças de singular natureza, como a convidarem o homem civilizado às glórias da Fôrça, da Beleza e do Amor" . . .

Aceitando, porém, a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, como início da formação da Nacionalidade, TEFFE', pri-

(*) *Blest* - *blessed* - happy - prosperous. *Blessing* - incovation of happiness or success; a gift; divine favour.

"BRAS-IL" — depois, por facil corruptela, *Bras-il* (Nuttal's Standart Diccionari).



ALMIRANTE TEFFÉ

moroso artista da palavra, pintava a Terra de Santa Cruz nascendo do Mar, surgindo das águas como o Monte Pascoal e crescendo e dilatando-se, através do tempo, à sombra do Fator Marítimo, para as sublimes conquistas da Civilização e do Trabalho.

Graças ao Oceano, que extensamente bate em nossas vastas fronteiras orientais, dizia-nos o Barão, formámos o nosso carater, afinando-o no alto diapasão dos “verdes mares bravios da nossa terra natal”, edificante escola de bravura estóica, de paciência evangélica, de tenacidade inflexível, de desprendimento heróico, e de rigidez moral inquebrantavel. Não nos iludamos, dizia ele — temos no Mar o nosso maior amigo. Temos nos marinheiros do Brasil os instrumentos principais da nossa grandeza. Foi assim no passado. Assim será no presente e no futuro.

“O Mar, diz o grande jornalista patricio, haverá de ser, fóra de qualquer dúvida, como foi nos primórdios da vida colonial, como continuou a ser em todas as fases da nossa existência, o grande, o maior fator da unidade pátria”. E esse fulgurante jornalista que é AUSTREGESILO DE ATAIDE, assim se exprimiu: “O Oceano está ligado ao nosso destino como o mais importante fator da grandeza nacional. Fechem essa comunicação com o Mundo e não tardará que morramos asfixiados”. Os portos nacionais são os nossos pulmões — respiradoiros da nossa economia. A Marinha Mercante é o nosso “climatisador”, fornecedor de ar puro, “condicionado”, propicio à nossa riqueza e prosperidade...

O Mar é realmente tudo para nós !

* * *

Com essa convicção, sempre se impôs crearmos e fixarmos no espírito do povo brasileiro uma mentalidade marítima, que o faça compreender a decisiva influência que o Mar exerce sobre os destinos das Nações.

Senhores ! NÃO HÁ INDEPENDÊNCIA POLÍTICA SEM INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA !

Nenhum país póde aspirar a viver tranquilo, próspero e feliz, verdadeiramente soberano, enquanto não gozar, ampla e

livremente, do usufruto das vias que o Oceano, os rios e lagoas oferecem à sua segurança política e militar. Daí facilmente se infere a decisiva importância da Marinha Mercante nos destinos do Brasil.

Por toda parte do Mundo civilizado os responsáveis pelos destinos dos povos “a beira mar plantados” consideram fator indispensável da potencialidade da Nação a sua *consciência marítima*, isto é, na frase feliz do Almirante LEON SCASSO, Ministro da Marinha da República Argentina, “o seu grau de compreensão — e até de sensibilidade — em tudo quanto afeta o destinos marítimos da Pátria”.

Guiado por essa idéia patriótica, TEFÉ, com quem, desde moço, tive a ventura de privar, foi o maior animador de todas as campanhas pela renovação da nossa Esquadra e pela organização de uma grande Marinha Mercante Nacional, com indústrias correlativas, que se desdobrariam em construção naval, siderurgia e muitas outras atividades poliformes...

Senhores !

Os problemas do Mar ocupam, ha mais de um século, a atenção dos nossos mais brilhantes estadistas.

Já em 1819, volvendo à terra querida, onde nascera, e que pouco depois ia libertar do jugo que a oprimia, dizia JOSE BONIFACIO, referindo-se ao Brasil: “*E que país esse, Senhores, para uma nova civilização e para um novo assento de ciências ! Que terra para um grande e vasto e Império !*”

“*Banhadas suas costas pelas ondas do Atlântico; com um sem número de caudais e ribeiros empolados que o retalham em todos os sentidos, não há parte alguma do sertão que não participe do proveito que o Mar lhe póde dar*”...

Compreendendo a influência que o dominio do Mar exerceria sobre os destinos do Novo Império, apresentou MARTIM FRANCISCO à assinatura do Imperador, em 1822, logo depois do grito do Ipiranga — que teria sido inútil sem o concurso decisivo da Marinha Imperial — o decreto básico da formação de uma Fôrça Naval Brasileira — “apta a defender-lhe, quer a

extensa costa, quer o rico, ameno e fértil território e também capaz de lhe assegurar o comércio de seus contínuos portos” — de vez — dizia ele “de vez que a Divina Providência reservou ao Brasil os mais altos destinos da glória e prosperidade, que só podem ser defendidos por uma poderosa Marinha”.

E’ que José Bonifácio e Martim Francisco já então compreendiam que “*a liberdade de comunicações marítimas é condição essencial da vida econômica e militar do país, e, portanto, da própria existência política nacional, para a defesa contra as agressões do território e para a proteção do comércio*”.

O Brasil mede nove mil e quinhentos quilômetros de costas sobre o Atlântico, nas quais desaguam rios caudalosos, com cerca de 50.000 quilômetros de curso navegavel! Nenhum país do Mundo possui tantos e tão profundos e seguros portos! Águas bonançosas e de grande fartura iquitológica, aprovencionam as povoações e cidades do seu privilegiado litoral e constituem um inexaurível manancial de prosperidade e recursos de defesa. Escola de valorosos marinheiros; traço de união política, social e religiosa do nosso povo; instrumento precioso de progresso e segurança do país, essas águas, têm, para nós, brasileiros, consideravel importância política, econômica e militar. “E nesse mar tenaz que fremente e se exaspera — o desejo a quebrar de encontro às penedias — e que o vento faz, desfaz e retempéra, na eterna sucessão das noites e dos dias”, navega sem cessar a Marinha Mercante Brasileira, já gloriosa, que atinge hoje a cerca de 700.000 toneladas, com mais de 300.000 marítimos matriculados, — afóra mais de cem mil valorosos pescadores, — transportando a carga preciosa dos frutos do nosso trabalho, no valor de vários milhões de contos de réis, enriquecendo a Nação, na paz, e carregando a Tropa e os aprovencionamentos militares, defendendo a Pátria, heroicamente, na guerra. A nacionalização da Cabotagem no Brasil, pelos constituintes de 1891, foi obra imorredora dos Patriarcas do Novo Regime. E dizia o velho tribuno Lopes Trovão, que a Missão do Cruzador “José Bonifácio”, nacionalizando a Pesca, era “a maior obra republicana realizada pela República...”

Senhores ! Na opinião do CAP. GILL, brilhante oficial da Marinha Americana, “o Brasil é um grande arquipélago de Estados politicamente unidos, mas separados pelos acidentes geográficos”. Só o mar e os rios unem realmente a Nação Brasileira e nos dão a homogeneidade precisa para perpetuar a integridade da Pátria. Essa a grande missão da nossa Marinha Mercante, cuja nacionalização é, talvez, a obra máxima do Estado Novo e cuja “unificação” é um lindo sonho, “*too good to be true*” . . .

* * *

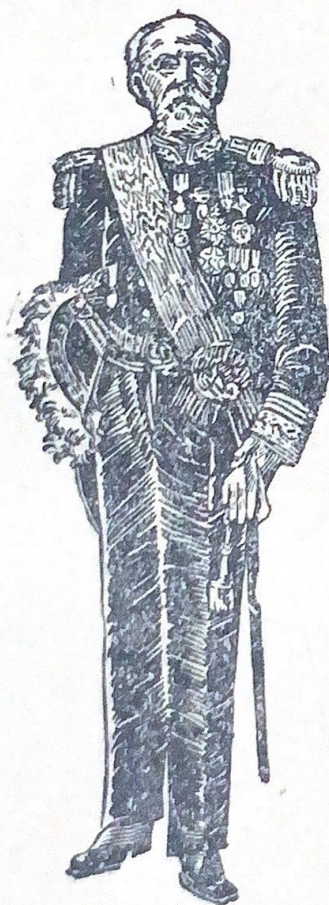
Discorrendo a respeito da formação da Nacionalidade, dizia-nos o BARÃO DE TEFFE’ nosso saudoso Patrono, que “como acontecera aos Estados Unidos da América do Norte até 1775, o Brasil ficára, durante séculos, inteiramente abandonado pelas Côrtes da sua metrópole, exclusivamente entregue aos seus próprios recursos; isso o conduziu ao salutar desenvolvimento das povoações litorâneas e das suas atividades marítimas, crescendo em nossa gente o gosto pela vida do Mar e pela exploração das suas riquezas”. Acresce que, não só os conquistadores de Além-Mar eram tradicionais marinheiros; as tribus indígenas do litoral brasileiro eram inexcedíveis na perícia náutica. Em suas frágeis pirogas, afrontavam o Mar, fazendo largas travessias pela costa, em calma ou desabalada tormenta, e dando aí combate às tribus suas rivais e aos invasores europeus.

AIMBERE, POTÍ, TIBIRIÇÁ, PARAGUASSÚ, PIRAGIBA, ARARIGBOIA, AJURIACABA e outros muitos, são nomes inolvidáveis na história do Brasil e dignos da pena desse grande Bandeirante e Libertador, que é o nosso eminente confrade General Rondon.

As canôas de CUNHAMBEBE inspiravam verdadeiro terror aos lusos, nos primeiros tempos da colonização brasileira, quando os tamoios trafegavam garbosamente nas suas igaras, entre Cabo Frio e Bertioga, em cujas águas chegaram a abordar e tomar à viva força uma fragata portuguesa poderosamente artilhada e guarnecida !

Já em 1531, quando chegava à Baía a expedição de MARTIM AFONSO DE SOUZA, tiveram os portugueses a surpresa de assistir, durante um dia inteiro, a tremendos combates navais entre esquadilhas indígenas — divididas em grupos de mais de cinquenta embarcações cada uma — que se batiam com grande ardor e perícia marinheira.

O Mar e os rios — simultaneamente os seus mais ricos celeiros — eram as estradas de que se utilizavam os nossos aborígenes em seu comércio e na defesa da terra. A mata brava, cerrada e hostil que separava o litoral, do interior do país, concorria para fazer deles os hábeis e intrépidos mareantes, que conhecemos, dando-lhes a “*mentalidade oceânica*” que os caracterizava.



Almirante Tefé

Essa mentalidade herdaram os nossos bravos caboclos da costa — marinheiros sem par pelo imperativo hidrográfico, raça de super-homens “contando a vida pela ampulheta dos heroísmos quotidianos”, levando os seus barcos pelo oceano afóra “lá onde os macaréus se reboçam, lembrando monstros enormes”, sem levar consigo outros aparelhos — senão os que Deus lhes dá — com que vencer as distâncias, medir o tempo, seguir o rumo certo e determinar a sua posição em pleno mar encarneirado pelas brisas frescas do largo...

As atividades marítimas, e particularmente a construção naval, a crescente navegação comercial e a Pesca, representavam assim no Brasil, — diz-nos TEFFE’, com o seu ardente amor pela nossa Terra e pela nossa Gente, — papel relevante nes

primórdios da nossa história, constituindo Escola Naval a céu aberto, Reserva de homens bravos, peritos marujos e profundos conhecedores do nosso litoral, que depois construíram e guarneceram as náus brasileiras, libertadoras do domínio estrangeiro, e nos permitiram assegurar a unidade política e territorial do Império, e criar e desenvolver a nossa Marinha de Guerra, — que chegou a ser a terceira potência naval do Mundo!

* * *

Senhores ! O nosso venerando BARÃO DE TEFFÉ repetia frequentemente que a história naval brasileira é quasi desconhecida entre nós. E poderíamos avançar que pouco, mesmo muito pouco, se sabe, por exemplo, a respeito da Guerra da Independência. O nosso estudioso e incansável confrade LUCAS BOITEUX — o esforçado pesquisador da nossa história, descrevendo brilhantemente as heróicas façanhas marítimas dos baianos, diz assim: “E’ preciso que se note, houve uma guerra da Independência, e seu épico cenário foi a Baía”. Houve, sim, uma longa e sangrenta guerra pela nossa libertação do jugo estrangeiro, na qual pusemos à prova a bravura, a capacidade marinheira e as virtudes cívicas da nossa gente.

O dia 2 de Julho de 1823 é, assim, a verdadeira e gloriosa data da Independência da Pátria, a confirmação efetiva do Grito do Ipiranga, a sagração da Marinha Brasileira, que teve na Baía o seu berço e nos praianos da Itaparica e do Recôncavo os seus primeiros e mais bravos “Imperiais Marinheiros”.

Caindo sobre a poderosa frota lusitana com a nossa incipiente Esquadra, sob o comando de Cockrane em grande parte guarnecida com os nossos intrépidos caboclos baianos e quasi toda ela adquirida por subscrição pública, desbaratámo-la, aprisionámos o seu imenso e rico comboio, desalojámo-la do Maranhão e do Pará e perseguímo-la até às bocas do Tejo, fixando, por essa forma, definitivamente, a nossa independência e a unidade nacional brasileira.

Graças a essa guerra libertadora, Senhores, e ao aparelhamento marítimo que aqui desenvolvem os Patriarcas da nossa Independência e os grandes estadistas do Império, apoiados pelo irresistível sentimento nacionalista dos Brasileiros, pudemos expulsar o estrangeiro dominador, tornar efetiva a nossa soberania e a integridade territorial da antiga colônia portuguesa; impedir, máu grado os navios de oceano — por seu excessivo calado — não serem adequados a uma guerra em águas rasas, a realização dos audaciosos projetos imperialistas dos castelhanos do Rio da Prata, bater os corsários que eles armaram contra o nosso comércio marítimo, sufocar todos os movimentos separatistas que nos ameaçaram, e vencer, por fim, no Paraguai.

* * *

Foi nessa pugna de heróis que se encheu de glórias o Patrono da cadeira que ocupamos neste augusto cenáculo e cuja brilhante biografia vamos rapidamente esboçar:

O ALMIRANTE ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ, GRANDE DO IMPÉRIO, BARÃO DE TEFFÉ por serviços relevantes à Pátria na paz e na guerra, era filho legítimo do CONDE FREDERICO GUILHERME VON HOONHOLTZ e D. JOANA CRISTINA VAN ENGEL D'ALT VON HOONHOLTZ, ela de origem holandesa, e ele prussiano.

O CONDE VON HOONHOLTZ era um distinto oficial do Exército Alemão. Viéra em 1825 contratado pelo Embaixador MARQUÊS DE BARBACENA — Felisberto Caldeira Brant — por ordem do nosso primeiro Imperador, para servir no Exército Brasileiro. Conhecera a sua noiva — D. Juana Cristina van Engel d'Alt, e com ela se casára, ainda a bordo da galera em que longamente velejaram de Amsterdam para o Brasil.

Chegando ao Rio de Janeiro, foi o Conde FREDERICO GUILHERME VON HOONHOLTZ mandado servir no 27.º Batalhão de Caçadores, aquartelado na Praia Vermelha, partindo

pouco depois para o Sul, onde se distinguiu nas campanhas platinas em que estavamos empenhados.

Esse batalhão seguira por mar diretamente ao Rio Grande, fazendo parte da tropa comandada pelo MARECHAL BROWN; e de seu comportamento na campanha cisplatina dizem dos documentos oficiais especialmente colhidos nos arquivos da nossa História Militar pelo nosso brilhante confrade General TASSO FRAGOSO, constantes da sua excelente obra "*A Batalha do Passo do Rosário*" e confirmados por outros testemunhos igualmente fidedignos.

Na parte oficial dirigida ao MARQUÊS DE BARBACENA, Comandante em Chefe do Exército Brasileiro em operações no Sul, a respeito dessa batalha, o BRIGADEIRO SEBASTIÃO PEREIRA PINTO, Comandante da 1.^a Divisão, da qual fazia parte o referido Batalhão de Caçadores, assim textualmente se exprimiu: "A Divisão cumpriu religiosamente o seu dever porém, devo, em abono da razão e da justiça, particularizar a 1.^a Brigada de Infantaria, composta dos Batalhões 3.^o, 4.^o e 27.^o alemães, comandados pelo benemérito e valoroso CORONEL LEITÃO. "Esta Brigada, Exm.^o Senhor, fez prodígios de valor e por isso eu a contemplo digna da consideração de V. Exa. e recomendo com especialidade o referido Coronel, assim como imploro sua alta proteção a favor dos Oficiais, que ele particulariza".

O CORONEL MIRANDA DE BRITO, Quartel Mestre General do Exército, diz: "Continuou o nosso ataque com o maior ardor, sendo notável, ou mesmo inexprimível, o valor dos Batalhões 3.^o, 4.^o e 27.^o, que, apesar de lhes morrer muita gente e muito ferido o bravo e experto Comandante FREIRE, do 4.^o batalhão, não deixaram de levar a morte e o estrago às fileiras do inimigo". A ação durou oito horas.

O GENERAL CALADO, Comandante da 2.^a Divisão, diz que as forças tiveram de sustentar contínuo fogo contra os inimigos, que haviam incendiado o posto, sendo todo o campo um vulcão, que os nossos soldados eram obrigados a trilhar".

O MARECHAL DE CAMPO BROW (*) Chefe do Estado Maior do Exército, teve expressões de vivo elogio à bravura do 27.º Batalhão de Caçadores, por ser “digno de louvor e haver sempre participado das glórias da Brigada Leitão Bandeira”.

Descrevendo essa sangrenta batalha (do Passo do Rosário), disse, enfim, o Marquês de Barbacena a 25 de Fevereiro de 1827, que “os Batalhões de Infantaria fizeram prodígios de valor e a eles se deve salvar-se o Exército na retirada, a despeito da perseguição do inimigo”. A 28 do mesmo mês e ano, diz ainda o Comandante do Exército Brasileiro naquela campanha: “A primeira Brigada de Infantaria, composta dos Batalhões 3.º, 4.º e 27.º, a baioneta calada, fez retirar-se a primeira linha inimiga; e quando foi carregada por numerosa cavalaria, retirou-se formada em quadrado por batalhões, causando o maior estrago aos seus lanceiros, tendo sido, por isso, promovidos seus oficiais”. Desses, um dos mais bravos, ali lanceado e queimado no incêndio ateado ao campo pelo inimigo, foi exatamente o Conde FREDERICO GUILHERME VON HOONHOLTZ, pai do nosso venerando Patrono.

Em 1830 esse distinto Oficial e nobre titular deixou o Serviço Militar Brasileiro, indo residir modestissimamente com a sua família, na povoação de Itaguaí, na então Província do Rio de Janeiro, onde, a 9 de Maio de 1837, nasceu o futuro ALMIRANTE BARÃO DE TEFFÉ, que não chegou a gozar dos carinhos paternos, por ter, antes do seu nascimento, falecido o CONDE FREDERICO GUILHERME, em consequência dos ferimentos recebidos em defesa do Brasil na batalha do Passo do Rosário.

Sua esposa, D. JUANA CRISTINA VAN ENGEL D'ALT VON HOONHOLTZ, não quis regressar à Europa. Preferiu ficar em nosso País, que ela e seu marido muito amavam. Mudou-se para o Rio de Janeiro, para encaminhar ANTÔNIO

(*) GUSTAVO HENRIQUE BROWN — era Coronel do Exército Britânico e Marechal de Campo, Refermado, do Exército de Portugal, quando contratado a 12 de Maio de 1826 para servir no Exército Brasileiro. Foi Chefe do Estado Maior do Exército e seu Comandante em Chefe de 1 de Junho de 1827 a 2 de Janeiro de 1828. Faleceu na Europa em 28 de Maio de 1859.

LUIZ na Marinha do Brasil, que, neta de Almirantes, e por vontade expressa de seu falecido esposo, reservava para seu filho, que também manifestara ardente pendor por essa carreira.

* * *

ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ matriculou-se na Academia de Marinha a 25 de Janeiro de 1852, alcançando rapidamente lugar distinto entre os seus companheiros.

Há nessa fase de sua vida uma nota curiosa: foi seu companheiro de turma um irmão de Solano Lopes, de nome Benigno, que o ditador destinava, no seu plano de conquista, a "Almirante dos mares do Sul"; muita vez von Hoonholtz o levou a passeio no seu carro particular, notando, a contra gosto, que o jovem paraguáio, acompanhado de um ajudante de ordens, preferia visitar as nossas praças de guerra. Esse assunto consta de um capítulo do interessante romance histórico do brilhante escritor — nosso querido colega e amigo GASTÃO PENALVA — "A Tecedeira de Nhanduti".

Promovido a Guarda Marinha, após um curso brilhante, é, em 1854, como prêmio, mandado embarcar no vapor "Camacuan", da Esquadra, forte de 19 unidades, enviada em missão especial ao Paraguai, sob o comando do Almirante PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA. Segundo Tenente, é passado, em 1858, para a Corveta "*Baiana*", como professor de Hidrografia, dos Guardas-Marinha em larga viagem de instrução ao Pacífico. Em 1865, já 1.º Tenente, segue para o Rio da Prata, onde embarca na Esquadra de Tamandaré e toma parte saliente na campanha do Paraguai. Comanda ali a canhoneira "*Araguari*", na Divisão avançada sob o comando do Chefe Barroso. Figura de modo notável no bombardeio de Corrientes. A 11 de Junho do mesmo ano teve brilhante atuação no combate naval de Riachuelo, dando mostras de grande coragem, perícia e sangue frio. Admirável de entusiasmo patriótico e bravura, revela então na "*Araguari*" qualidades de comando, extraordinárias em um jovem oficial. Foi um leão

naquela encarniçada batalha, finda a qual, persegue e castiga duramente os restos da força naval de Mesa, em fuga rio acima, havendo nessa mesma noite arrancado de sob as baterias inimigas quatro chatas paraguaias, artilhadas com canhões de 66.

A 13 e 14 do mesmo mês, bateu-se de novo. Sob o fogo das barrancas de Riachuelo, desmonta a artilharia do "Jequitinhonha" e do "Paraguai", encalhados e incendiados em frente às baterias de Bruguês. Forçou depois galhardamente as fortificações de Mercêdes e, sob o fogo dos seus canhões, desmontou as máquinas do vapor "Marquês de Olinda", ali encalhado pelo inimigo, e o incendiou. Dias mais tarde, deu caça ao vapor "*Piraquera*", fê-lo encalhar e, após terrível abordagem, aprisionou-o, conseguindo, ainda, bravamente, desencalhá-lo e conduzi-lo com a nossa bandeira para a nossa esquadra. Com *Jaceguai*, *Cunha Couto* e o *Prático Fernando Etchebarne*, fez *Teffé* o reconhecimento da Lagôa Pires, sempre duramente hostilizado pelo inimigo. Forçou as baterias de Cuevas. Dirigiu, depois, em Março de 1866, a Comissão exploradora do Passo da Pátria, trabalhando, sob o vivo fogo do forte Itapirú, serviço que foi considerado "relevante e digno de louvor".

Após dois anos de incessante e cruenta campanha, trouxe para o Rio a sua heróica "*Araguari*", crivada de balas para aquí sofrer os necessários reparos, navegando em conserva com a gloriosa Corveta "*Amazonas*", igualmente carecedora de grandes obras.

* * *

A festiva e entusiástica recepção com que o povo Carioca acolheu os heróis da Batalha Naval do Riachuelo, quando da sua chegada ao Rio de Janeiro, permitiu ao bravo Comandante da "*Araguari*", em baile que lhe foi oferecido no Casino Fluminense, hoje Automovel Club, o conhecimento da formosa e prendada Senhorinha MARIA LUISA DODSWORTH, brilhante ornamento da nossa Sociedade, de quem profundamente

se enamorou e com a qual, aproveitando a sua curta permanência no Rio de Janeiro, pouco depois casou.

Essa Senhora — mais tarde BARONEZA DE TEFFÉ — era a filha mais moça de JORGE JOHN DODSWORTH, homem inteligente, culto e operoso, originário da Escóssia, que, depois da nossa Independência, se fixara no Rio de Janeiro. Aquí constituiu família, deixando prole numerosa e ilustre. Não olvidando os seus deveres militares, nem querendo esquivar-se aos perigos da guerra, regressa Teffé ao Paraguai, a seu próprio pedido, apenas um mês depois de casado, assumindo alí o comando do encouraçado “Baía” e entrando logo em ação. Teffé, bravo e impetuoso guerreiro, era ao mesmo tempo, um poeta sentimental. Ao despedir-se de sua jovem Esposa, que ele amava apaixonadamente, atribuem-lhe este belo soneto, que fez época na Marinha, na sociedade e nos meios intelectuais da capital do Império naquela ocasião:

D E S P E D I D A

“Eu sei que é grande a dor que se padece
“No momento cruel da despedida,
“Em que se aperta a mão estremecida
“Do Ser que s’idolatra e não se esquece.

“Mas que o meu coração tanto sofresse
“Ao dizer-te um adeus, Mulher querida,
“Jamais sonhou minh’alma, hoje partida
“Da mais pungente dor que se conhece.

“Dessa mágua que o peito humano sente
“Quando nem mais uma esperança resta
“Para afagar-lhe o coração descrente,

“De onde evadiu-se a ilusão doirada
“Como as pombas bravias da floresta
“Aos primeiros clarões da madrugada...

* * *

A defesa da Pátria absorve, no entretanto, inteiramente, o nosso Patrono. Não se poupa a trabalhos, riscos e perigos. Enfrenta denodadamente em pleno dia as baterias do Timbó e Tebiquarí, forçando-lhes as estreitas e perigosas passagens, afrontando heroicamente as linhas de torpedos e rompendo com o ariete do "Baía" as grossas correntes atravessadas de um lado e outro, no rio. Perde em Tebiquarí o práctico REPETO e dois homens do leme, que junto a ele se achavam no passadiço, escapando miraculosamente da morte. Zombou da fúria inimiga. Cobriu ali de glórias a Marinha do Brasil; tudo venceu nessa épica passagem. Foi aí promovido por atos de distinta bravura. Não sabemos, Senhores, de nenhum RUITER, NELSON, FARRAGUT, JEAN BART, ou outro qualquer grande protótipo de clássica intrepidez, nas grandes pugnas navais que glorificaram as mais célebres marinhas do Mundo, que haja cometido feitos mais brilhantes nem com maior perícia militar.

Em toda a guerra, foi Teffé um verdadeiro herói, cheio de ardor patriótico, de coragem, de saber, de iniciativa.

Homem de cultura profunda e poliforme, falava diversas línguas e era dotado de uma bela inteligência e fina distinção. Astrônomo, hidrógrafo, geógrafo, marinheiro, homem de ciências e letras, filósofo, crítico, orador e polemista, deu por toda parte — no Brasil e no estrangeiro — as provas mais eloquentes do seu alto valor. Publicou obras científicas e literárias, que a crítica elogiou. Levantou plantas de costas, portos, rios e canais e explorou estradas no Brasil e no Paraguai, com perícia e denodo — muitas vezes com grande risco de vida, sob o fogo cerrado das baterias inimigas. D. PEDRO II, TAMANDARÉ, CAXIAS, OSORIO, MITRE, BARROSO, INHAUMA, OURO PRETO, RIO BRANCO, RODRIGUES ALVES e ALEXANDRINO, foram seus grandes admiradores e amigos.

Historiador emérito, escreveu uma obra interessantíssima sobre "Os primeiros navegadores do Amazonas" e outra não

menos valiosa sobre “As explorações de Pedro Teixeira no rio Mar”. Era membro da Academia de Ciências de Paris, Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e um dos fundadores e Sócio Benemérito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Foi o primeiro a estudar, à luz da ciência oceanográfica e da hidrografia, os bancos de coral do atoll das Rocas, os Abrólhos, e vários outros trechos da costa Norte e Sul do Brasil. Chefiou a nossa Comissão de limites com o Perú, investindo o Amazonas até o Pongo de Monseriche, naquele País. Subiu os rios Negro e Japurá até às corredeiras à vista dos Andes, e o Apaporis, o Madeira, o Jutai e parte do Juruá. Explorou o Javari até às suas vertentes, levantando minuciosos mapas, vencendo consideráveis distâncias e sofrendo inenarráveis dificuldades, inclusive as do clima de inhóspitas regiões e as oferecidas pelas tribus selvagens hostis ali dominantes. Publicou interessantes trabalhos sobre “a América pre-histórica” e “a exploração do Amazonas”, trabalhos erúditos que lhe abriram as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como lhe franquearam as do Instituto de França, do qual era Teffé o único membro brasileiro, além de D. Pedro II.

O seu grande mapa do rio Javari, desde 6° 12', até às suas nascentes principais em 7° 01' de latitude Norte, onde foi fincado o marco dos nossos limites com o Perú, grangeou-lhe duas medalhas de ouro — uma na exposição de Paris de 1889, e outra, a medalha de Mérito Científico, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Fez interessantes estudos dos portos de S. Luiz do Maranhão, Paranaguá e Antonina. Destruiu uma lage submarina que dificultava a navegação na barra de Santos. Criou, a 2 de Fevereiro de 1877, e por vários anos dirigiu com brilho excepcional, a Repartição Hidrográfica do Ministério da Marinha; e iniciou em 1877 a organização, no mesmo Ministério, dos Serviços de Meteorologia no Brasil. Observou em S. Thomaz — nas Antilhas — a passagem de Venus pelo disco solar; desobstruiu a barra de Cabo Frio, lagôa de Ararua-

ma, e, por ordem especial do Governo, estudou em 1880, a conservação e saneamento da Lagôa Rodrigo de Freitas, empreza de grande repercussão no litoral brasileiro, e a respeito da qual pouco nos deteremos para nos não alongarmos demasiadamente.

* * *

A missão neste particular, confiada ao Almirante TEFFÉ pelo Governo Imperial, constituia relevante matéria, que já preocupava, desde muitos anos, os homens de Estado do Brasil e cientistas de todo o Mundo. Com a sua sólida cultura e especialmente pelos seus conhecimentos oceanográficos, ele deu a esse problema a conveniente solução.

A questão era a seguinte: As areias incessantemente atiradas pelo mar sobre a costa, fecharam inteiramente a lagôa, cujas águas não podiam mais ser renovadas pelas marés; assim isoladas do mar e atingidas pelos riachos e esgotos pluviais da cidade, essas águas diminuiam rapidamente a sua salinidade, tornando impossível em seu seio a vida dos animais e plantas marinhas, que alí abundavam e cuja putrefação fez em breve insuportavel e insalubre o clima em toda aquela zona.

TEFFÉ suggerira então a construção de uma comporta que dêsse entrada à água do mar nas enchentes e que, fechada na vasante e novamente aberta nas baixas marés, permitisse dar um forte esguicho sobre as areias alí amontoadas, afastando-as da praia e atirando-as por fim na corrente que passa por fóra, na costa — restabelecendo assim a comunicação da lagôa com o oceano.

A esse respeito vos referirei ainda — incidentemente — como prova do acerto dos conceitos emitidos pelo BARÃO DE TEFFÉ, a propósito do caso da Lagôa Rodrigo de Freitas, o que, "*a margem de Martin Garcia y la jurisdicion del Plata*", de AGUSTIN VEDIA, illustre escritor argentino, há pouco falecido, escreveu o nosso sempre saudoso EUCLIDES DA

CUNHA: “*O Prata — diz ele — é uma ilusão geográfica que a pouco e pouco se apaga. Mais claramente: um estuário a extinguir-se nas derradeiras fases da evolução de um rio*”...

E', como se vê, *uma fatalidade física, tangível, apavorante, crescente.*

E entre as linhas que conjeturas tão sombrias apresentam, se poderiam inserir as comovidas expressões de DOMINGOS SARMIENTO, escritas há 50 anos: “*El Rio de la Plata se embanca rapidamente em toda su extensión y em pocos siglos más Buenos Aires dejará de ser puerto*”.

Baseado nessas razões, demonstrara TEFFÉ, a tendência das praias brasileiras para serem lentamente aterradas pelas areias sobre elas atiradas pelo mar, do Orenoco ao Chuí, — em consequência do movimento de rotação da Terra. Retirada essa fatalidade hidrográfica em nosso litoral, a força das águas despejadas no Oceano pelos rios caudalosos, ribeiros empolados e baías e lagôas, que aí se lançam, empuxando essas areias para o largo. Infelizmente, desprezamos as advertências do grande brasileiro e inconscientemente ajudamos a inutilizar as costas privilegiadas do nosso Brasil, deixando construir *currais* e outros aparelhos fixos de pesca em todo o litoral, e principalmente lançar imensos aterros na Guanabara, cujos rios — abandonados como terra de ninguém — estão hoje todos obstruídos pelas “cercadas”, causando isso profunda alteração no regime das águas da formosa baía, já agora sem bastante força na vasante para rechazar as areias que o mar incessantemente atira sobre a costa, ameaçando fechar a linda barra do Rio de Janeiro com os bancos que aí se vão lentamente formando.

Deixemos, porém, esse grave assunto, sábia e largamente estudado pelo nosso erudito Almirante, e voltemos a entoar hinos à sua glória, sob outros aspectos, não menos interessantes:

A Comissão de limites com o Perú, chefiada pelo nosso emérito Patrono — pelos resultados que colheu e pelos penosos trabalhos, e perigos que sofreram os que nela tomaram

parte, teve grande repercussão no País, recebendo o saudoso brasileiro nessa ocasião, como prêmio, o título de **BARÃO DE TEFFÉ**

* * *

Senhores!

Procurando fielmente documentar-nos, com elementos que nos dessem um perfeito conhecimento da interessante biografia do nosso compatriota, neste particular, tivemos a fortuna de encontrar no Ministério do Exterior o distinto e operoso Coronel **RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA**, que exerce com brilho invulgar no Itamaratí a importante função de Conselheiro Técnico da nossa Chancelaria.

Graças à sua bondade e fidalguia, dele obtivemos as notas desejadas — extratos da Memória “Demarcações da linha Apaporis-Tabatinga”, apresentada por esse brilhante Camarada ao 9.º Congresso de Geografia, reunido em Florianópolis em Setembro de 1940; Memória que diz perfeitamente do valor real dos serviços prestados ao Brasil pelo **BARÃO DE TEFFÉ** na Comissão de Limites com o Perú, à qual o nosso venerando Patrono longamente se entregou — sem quaisquer restrições de riscos, trabalhos, e sacrifícios, por amor ao Brasil.

Dessas informações conclue-se que: “Duas questões delicadas, tiveram de enfrentar as Comissões Mixtas encarregadas de executar a Convenção de Limites entre o Brasil e o Perú, assinada em Lima, a 23 de Outubro de 1851: a determinação da nascente principal do rio Javari e a fixação, no terreno, da linha geodésica Apaporis-Tabatinga.

Foram grandes as dificuldades com que lutou o Comissário brasileiro, Capitão-Tenente **JOSÉ DA COSTA AZEVEDO**, futuro **BARÃO DE LADÁRIO**, para constituir a primeira Comissão Mixta e encetar a demarcação. Nomeado em começo de 1861, não conseguiu reuni-la devido à contínua esquivança dos peruanos. Em 3 de Julho de 1864, o Governo Imperial, cansado de esperar, resolveu dissolver a Comissão

brasileira, para de novo reorganizá-la em 1865, com o mesmo chefe. Finalmente, conseguia COSTA AZEVEDO, a 15 de Setembro, constituir a Comissão Mixta, da qual fazia parte como Commissário do Perú, o General D. FRANCISCO CAR-RASCO.

Surgiram, ainda, várias dúvidas que embaraçaram o pro-seguimento dos trabalhos.

Resolvidas, porém, essas questões, de acordo com a opi-nião do Commissário brasileiro e vencidas as dificuldades de trans-porte, pôde finalmente a Comissão Mixta partir de Belém, para Tabatinga, a 2 de Maio de 1866 e a 28 de Julho do mesmo ano colocar marcos provisórios de madeira, na boca e na vertente do igarapé Santo Antônio, ponto escolhido para o início da li-nha geodésica no insignificante afluente do rio das Amazonas, situado um pouco ao Norte da fortaleza e da povoação de Taba-tinga. Não prosseguiram, todavia, os trabalhos de demarcação.

E' conhecido o malogro da expedição ao Javará, onde no ataque pelos índios, a 10 de Outubro de 1866, perdeu a vida o Capitão Tenente JOÃO SOARES PINTO e ficou gravemente fe-rido, numa perna, o representante do Perú, MANOEL ROLDAN Y PAZ SOLDAN. Este desastre ocasionou a suspensão dos tra-balhos e a partida para Lima da Comissão peruana.

Não permaneceu, porem, inativa a Comissão brasileira; aproveitou o tempo, em que esperava a volta da Comissão perua-na, para corrigir a carta do Japurá, levantada no primeiro pe-ríodo, e executou outros levantamentos topográficos importantes. Em 1.º de Março de 1868, conforme instruções do seu Govêrno, Costa Azevedo colocou o marco provisório que assinalava a in-tersecção da geodésica com o Içá e a 18 de Maio o do seu encon-tro com a margem direita do Japurá, em frente à boca do Apa-poris, ficando a inauguração definitiva dependente de verifica-ção por parte da Comissão peruana. Pouco tempo depois recebeu COSTA AZEVEDO comunicação da sua exoneração, por decreto de 9 de Maio de 1868, e ficavam de novo suspensos os trabalhos da Comissão.

* * *

Em 31 de Dezembro de 1870, foi nomeado o CAPITÃO DE FRAGATA ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ, depois BARÃO DE TEFTE', Commissário por parte do Brasil; e a 23 de Outubro do ano seguinte, achando-se no Rio de Janeiro a Comissão peruana, já agora chefiada por PAZ SOLDAN, seguiram para Belém, a bordo do "MARCILIO DIAS", posto à sua disposição pelo Governo Imperial.

"A 25 de Agosto de 1872, a Comissão Mixta inaugurou o marco da margem direita do Japurá, no ponto onde julgou passar a geodésica, e, devido ao falecimento de PAZ SOLDAN, regressou à Manaus afim de aguardar o seu substituto.

"Nomeado Commissário, pelo Perú, o CAPITÃO DE FRAGATA D. GUILHERME BLACK, ponde a Comissão Mixta *proseguir os seus trabalhos e colocar, a 26 de Julho de 1873, o marco de intersecção da geodésica na margem direita do rio Içá ou Putumaio, e, quatro dias depois, o da margem esquerda, um pouco abaixo de Sta. Clara.* Nessa ocasião verificou que a linha, tal como fora traçada, cortava duas vezes o rio, o que deu lugar ao Acordo para permutação de Territórios entre os dois países, assinado em Lima a 11 de Fevereiro de 1874, seguindo o limite pelo álveo do Içá".

Em Março de 1874, demarcada no terreno a linha divisória, deu TEFTE', por finda a sua missão.

Em 24 de Março de 1922 assinou o Perú com a Colombia um Tratado de Limites, em virtude do qual passára esta república a confinar com o Brasil naquela região.

Nessa ocasião, como o Perú creasse assim uma nova questão de limites conosco, o Brasil apresentou-lhe amistosas reservas apelando os três países para o Governo de Washington, como medianeiro, sendo lavrada uma Ata pela qual a Colômbia se comprometeu a accitar como limites a linha Apaporis-Tabatinga.

Como consequência da *Ata de Washington*, os Governos brasileiro e colombiano assinaram no Rio de Janeiro, a 15 de Novembro de 1928, um Tratado de Limites e Navegação Fluvial, cujo artigo 1.º declarou: "A fronteira entre o Brasil e a Colômbia a partir da desembocadura do rio Apaporis, no Rio Japurá ou Caquetá, termo da linha estipulada no Tratado de 24 de Abril de 1907, será uma linha reta que, partindo da dita desembocadura, vá encontrar a povoação brasileira de TABATINGA, na margem esquerda do Amazonas".

Por troca de notas, em Bogotá, a 7 e 12 de Março de 1930, foi concluído o Acordo relativo às instruções para a demarcação da fronteira entre os dois países; e assim, pela 3.ª vez, teve a linha Apaporis-Tabatinga de ser fixada no terreno. Para dar execução aos Tratados de 24 de Abril de 1907, e de 15 de Novembro de 1928 foi organizada a 30 de Abril de 1930, a Comissão chefiada pelo Coronel RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, que brilhantemente se desincumbiu dessa importante Missão, merecendo elogios do Governo e a gratidão nacional.

* * *

Como acabamos de vêr, essa linha foi assim sucessivamente demarcada: a primeira vez, pela Comissão de 1865-68, (COSTA AZEVEDO); a segunda, pela Comissão de 1871-75 (TEFFÉ); a terceira, pela Comissão de 1930-33, (RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA). Como essas linhas não coincidiram entre si, convem examinar as razões das divergências entre os trabalhos das três comissões, todas desejosas e capazes de acertar.

Devemos desde logo salientar que as duas primeiras comissões dispunham de meios muito precários para a determinação das longitudes; os seus aparelhos não eram tão aperfeiçoados, nem os métodos de observação tão simples e tão precisos como os de que dispomos hoje.

Basta dizer que naquela época a longitude do Observatório do Rio de Janeiro era mal conhecida. Sob a determinação feita

pelo telegrafo por Green e Davis (Comissão Americana) permitiu mais tarde — em 1880 — conhecer o seu verdadeiro valor.

Completando essas informações e outras que pessoalmente nos proporcionou, mostrando-nos cartas da zona em apreço, o amavel Coronel RENATO levou a sua bondade a ponto de dirigir-nos uma carta, da qual reproduzimos aqui alguns trechos:

“Pelas ligeiras notas que lhe dei, pode o Amigo fazer idéia da atuação do BARÃO DE TEFFÉ como demarcador dos nossos limites com o Perú.

“Na apreciação dos resultados obtidos por aquele ilustre brasileiro, é preciso levar em conta a época em que ele operou, os precários recursos técnicos de que dispoz e as vicissitudes que sofreu com a calma e a coragem peculiares ao bravo Comandante da Araguari.

“A Comissão anterior, dirigida pelo BARÃO DE LADÁRIO, sofreu grande revez no rio Javari, de onde foi obrigada a regressar, antes de atingir sua cabeceira principal, em virtude de um ataque inesperado, pelos índios, no qual pereceu o CAPITÃO-TENENTE SOARES PINTO; e PAZ SOLDAM perdeu uma perna, falecendo em 1872.

“Nesse mesmo rio, ao dar por finda, em Março de 1874, a sua demarcação, perdeu o BARÃO DE TEFFÉ o seu irmão CARLOS GUILHERME VON HOONHOLTZ, secretário da Comissão brasileira.

“Cito apenas os mortos ilustres, pois isto basta para se formar opinião dos perigos que enfrentou a Comissão Mixta de 1870-74 e da coragem e dedicação com que serviram aos seus países, o BARÃO DE TEFFÉ, representante do Brasil, e PAZ SOLDAN e GUILHERME BLACK, representantes do Perú”.

* * *

Colhido esse valioso depoimento, podemos concluir o estudo da biografia do nosso hebemérito compatriota e ilustre Patrono da cadeira que ocupamos neste Instituto.

Todas as tarefas que foram atribuídas pelo Governo Imperial ao BARÃO DE TEFFÉ, ele sempre as desempenhou brilhantemente, muitíssimas vezes com o risco da própria vida, pondo em evidência o seu valor pessoal, o seu apaixonado patriotismo e o seu nobre caráter. Auxiliado por CALHEIROS DA GRAÇA E ÍNDIO DO BRASIL em muitos desses trabalhos e no Congresso Internacional de Ciências Geográficas de Paris, em 1889, deu a essas missões um relevo extraordinário, sendo igualmente notável a sua participação no Congresso Aeronáutico, ali reunido no mesmo ano, onde mostrou o papel do Brasil nas conquistas do ar, como “berço da ciência aeronáutica”. Tomou parte, antes, de modo distinto, no Congresso Geográfico Internacional de Salzburgo, em 1888.

Não foi menos notável a atuação do ilustre Almirante na diplomacia, onde figurou com a sua alta distinção postos que ocupou de Ministro do Brasil em Bruxelas, Roma e Viena.

Nas letras, ele aparece com interessantes produções — romances marítimos — que a crítica considerou de apreciável valor. Além dos versos que escreveu, um dos quais acabo de vos recitar, publicou vários trabalhos que mereceram elogiosas referências na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em Maio de 1937, centenário do nascimento do seu inolvidável fundador e Sócio Benemérito, pondo em relevo o belo e infatigável espírito que foi o insigne Almirante BARÃO DE TEFFÉ, cujos feitos foram, pela mesma data, igualmente glorificados em notável conferência proferida no Instituto Histórico. O ilustre Almirante — que “nunca desmereceu no conceito dos seus concidadãos porque tudo fazia com os olhos voltados para a imagem da Pátria”, conservava inéditos — cartas hidrográficas, mapas de operações, as suas memórias e muitos outros documentos e trabalhos de grande interesse para a Ciência e para o Brasil, constantes da preciosa herança que foi por ele legada aos seus filhos, que certamente entregarão essas preciosidades aos arquivos militares da República deste Instituto, ou do Itamarati, para que se não percam tão altas demonstrações do seu valor.

* * *

TEFFÉ era um homem física e moralmente elegante; distinto, sereno, boníssimo, de encantadora personalidade; um verdadeiro Varão de Plutarcho, digno da maior veneração. Por espírito nacionalista, e não obstante a glória dos seus antepassados e a veneração que tinha pelos seus Pais, deu à sua família exclusivamente o nome de TEFFÉ — bem brasileiro.

Com o peito coberto das mais altas condecorações nacionais e estrangeiras e cheio de títulos que o recomendavam à gratidão, à estima e ao respeito dos seus compatriotas, foi ainda no fim da sua vida, Senador da República, e em toda a sua existência o constante exemplo do mais nobre caráter e da fidalguia, cultura e fina distinção, que sempre foram os apanágios da nossa velha e gloriosa Marinha.

Longo seria entrar em todos os detalhes da sua vida acrisolada e brilhante, analisando as suas excelsas virtudes e todos os grandes serviços por ele prestados ao Brasil na paz e na guerra, como quasi tudo registra a sua rica fé de ofício, que aqui juntamos, para os arquivos deste Instituto.

Ao abeirar-se do centenário, era notavel a rijeza do seu porte senhoril, arcabouçando singular espiritualidade. Viveu quasi um século, dando setenta e nove anos de sua magnifica existência ao amor e dedicação por tudo quanto de nobilitante e dignificador se plasmava em consolidação da Nacionalidade. Faleceu com 94 anos de idade, na cidade de Petropolis, a 8 de Fevereiro de 1931, encerrando uma existência cheia de refulgente gloria para a Nação Brasileira. A seu respeito disse o periodista patricio, SR. PAULO FILHO, brilhante Diretor do "Correio da Manhã":

“A vida do Barão foi longa e devotada ao seu país. E’ um desses homens cuja biografia se lê com encantamento. Exaltá-la é ter a certeza de um Brasil heróico e conquistador em mais de meio século de Monarquia, limpando as margens do Prata do caudilhismo ululante e sem

nobreza que as assolava; dilatando, retificando, fixando as nossas fronteiras, geradoras de aborrecimentos e prevenções com as Repúblicas vizinhas”.

Senhores! Focalizando a vida e a obra do Almirante ANTONIO LUIZ VON HOONHOLTZ, BARÃO DE TEFFÉ, heróico comandante do *Araguari* na inolvidável batalha naval do Riachuelo e rendendo ao ínclito marinheiro as nossas respeitadas homenagens, não há como fugir à forte impressão que nos desperta a lembrança do que de homérico e grandioso se passou nos navios da nossa Força Naval no Rio Paraguai, a 11 de Junho de 1865 — principalmente o alto espírito cívico, o ardor patriótico, a firme determinação, o entusiasmo, a fé, a insuperável valentia que indissoluvel e fraternalmente, unia, como bons brasileiros, soldados e marinheiros na Divisão Naval de Barroso — cujos navios tinham os seus efetivos completados pela brigada do bravo General Bruce — juntos derramando seu sangue, e vida e tudo sacrificando pela glória do Brasil.

GREENHALG e PEDRO AFONSO, MARCÍLIO DIAS e ANDRADE MAIA, LIMA BARROS e ALVES PACHECO, OLIVEIRA PIMENTEL e MELO LOUREIRO — e muitos outros do Exército e da Marinha, que, unidos, heroicamente morreram, tinham no coração o lema que fulgura nas torres das nossas belonaves: “TUDO PELA PÁTRIA!”

Seja para eles e pela eterna e fraternal união e sincera amizade do Exército e da Marinha, — hoje mais que nunca necessária, — em perfeita cooperação pelo bem do Brasil, o pensamento que nos anima e nos enche de emoção ao fazermos o elogio do nosso venerável Patrono, o ínclito Almirante que teve sob seu comando Soldados de Caxias e Marinheiros de Tamandaré. Ele também os amava e os viu confundirem o seu sangue e juntos darem galhardamente a vida em holocausto no altar da Pátria, a bordo dos navios da Esquadra Brasileira, na Batalha Naval do Riachuelo, nos forçamentos de Humaitá e outros passos

poderosamente fortificados e defendidos por torpedos e correntes, em toda aquela inolvidavel Campanha.

Glorificar os heróis é engrandecer a Nação, que eles puseram acima de tudo na vida.

E' o que fazemos, hoje, honrando aqui a magnífica memoria do Almirante ANTONIO LUIZ VON HOONHOLTZ, BARÃO DE TEFÉ, nosso eminente Patrono neste Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Fala o Major Jonathas de Moraes Correia

Debatedor da Conferência

do Cap. de Mar e Guerra FREDERICO VILLAR

Minhas Senhoras:

Senhores:

Foi Carlyle quem escreveu que a biografia dos grandes homens é a própria história da humanidade.

Realmente, ouvindo, como acabamos de ouvir o elogio histórico do Barão de Tefé, compreendemos a verdade afirmada pelo grande historiador inglês. A existência do bravo almirante, nos põe em contato direto com fatos da vida nacional e os explica de maneira singular. Ele os viveu, ele foi de muitos o protagonista e de outros participante.

E' Carlos Maul, quem nos adverte que "os vultos que resumem no que fizeram o mérito das nacionalidades, crescem em nossa memória através a visão dos fixadores de sua personalidade".

E, assim, quando o fixador dos aspectos de uma grande vida é um espírito sugestivo como o do comandante Frederico Villar, o vulto por ele estudado nos aparece, com toda a força de seus serviços à Pátria.

Homem de talento e de cultura, estilista vigoroso e eloquente, o comandante Villar viveu a própria vida do seu biografado e nos transmite as suas impressões, dando-nos, por igual, as conclusões de suas próprias observações.

A vida do Barão de Teffé é um ensinamento e um exemplo. Jovem ainda, vemo-lo, homem de ação e de estudo, cientista e marinheiro. Não se limitou a defender a Pátria, apenas, com a espada famosa. Também o teodolito lhe foi arma, com que a protegeu.

Nos confins do Brasil, nas paragens deslumbrantes do grande Amazonas, onde a mais opulenta das terras está a desafiar a energia e o trabalho dos brasileiros, Teffé, nas nossas extremas com o Perú, foi, — sem se intimidar, com os penosos sacrifícios que o aguardavam — determinar a nossa verdadeira posição geográfica, com relação àquele País. Dizer o que é o trabalho de um demarcador; descrever os tropeços de toda a ordem que se antepõem à sua marcha; narrar as peripécias de todos os dias; o sofrimento de todos os instantes; em luta permanente contra os elementos e as moléstias, vadeando rios, galgando montanhas, enfrentando cachoeiras e, por vezes, o indígena feroz, é tarefa que desafia a imaginação e até inverídica nos parece. Tal, porém, não se dá. E' rude, mas é real.

E se nos tempos atuais a missão é tão árdua, o que não seria em 1870? Que de padecimentos, não foi vítima o insigne Barão?

Imaginemo-lo, tão somente, e resta a nós o orgulho, como a ele o conforto, de ter prestado à sua Pátria, um trabalho de tal monta, que a Monarquia, premiando-lhe o feito, deu-lhe o Baronato com o nome de um dos afluentes daquele Rio que fez Arinos exclamar: “Que maior maravilha que o nosso Rio-Mar produziu a natureza? Que mais grave matéria para as cogitações dos sábios, do que é o novo Briareu de cem braços e cinquenta cabeças, a pugnar, como no mito grego, contra Neptuno, arrancado as neves dos Andes para formar um dique às vagas do Atlântico?”

Terminada a missão volta, Teffé, à Côrte, e não interrompe o desdobramento de sua personalidade poliforme. E' o diplomata, o professor, o escritor, e como vimos, o poeta, meigo e inspirado num amor, que foi toda a beleza sentimental de sua vida.

Onde, porém, ele se nos afigura, mais brasileiro, mais varonil, é no passado da sua "Araguari", é em Riachuelo, é na guerra contra o Paraguái.

A política imperial, na América, sempre foi orientada de modo a não causar aos nossos vizinhos, nenhuma apreensão quanto aos nossos designios. Nunca tivemos ou deixamos antever desejos de hegemonia. Infelizmente, as nossas atitudes claras e altamente definidas, por vezes, não foram compreendidas.

A guerra de 1811, e posteriormente a de 1816/1820 nas quais, aparecemos excitados, um pouco, pelo desejo de conquistarmos a Banda Oriental, não são campanhas que possam dar direito a que se forme um juizo absoluto sob a orientação política de um País. Preciso é que se analisem as causas, e como e porque nos envolvemos na contenda. A verdade é que as marchas de Diogo de Souza e de Lecor, desarticulando os planos de Artigas, bem serviram à paz do Continente. O tratado de Tordezillas, além de Laguna, em Santa Catarina, era para o Brasil, uma muralha chinesa.

Entre aquela cidade e Buenos Aires, a terra estava devoluta, apenas habitada pelas feras e indios. O Rio Grande deserto. E nas Missões, os Jesuitas chegavam e se instalavam.

O bandeirante afoito, não se conformou com o meridiano riscado pelo Papa e resolveu afastá-lo com a ponta de sua lança. Surgiram então os primeiros incidentes de fronteira, entre espanhóis e portugueses. Era, na América, a revivecência natural, das lutas das metrópoles.

Quando, D. João VI, chegou ao Brasil, e fundou o novo Reino, D. José Gervásio de Artigas, surge, no Prata, e vai ser o grande adversário do monarca português.

O real esposo de Carlota Joaquina sentia a necessidade de pacificar os nossos vizinhos do Sul, anárquicos e agressivos, e apesar disto só depois do apelo de Elio, governador de Monte-

vidéu, foi que resolveu socorrê-lo, indo, assim, combater os gauchos de Artigas. Era simplesmente uma ação de polícia e, esta, reclamada.

Novamente, em 1816, pegámos em armas e, em 1820, vencendo os amotinados do Uruguai, passou este País a ser a nossa Província Cisplatina.

E tão lógica foi a nossa atitude que Lecor entrou, em Montevideu, recebido festivamente pela população e debaixo de um pátio, "ao repique dos sinos que anunciavam o Te-Deum".

E por que o Brasil foi levado a esta campanha? Artigas, queria formar uma grande República Democrática Federal, e nela incluira o Rio Grande do Sul. . .

Teria o Rei, a faculdade de, para fugir à guerra, consentir que fosse retalhado o território nacional? Claro que não.

As operações militares de 1825, nos foram ditadas pelo Governo argentino, desde que, o "Congresso de Buenos Aires, em 25 de outubro de 1825, proclamou a Banda Oriental reintegrada no seio das Províncias Unidas do Prata". Como consequência da luta tornou-se o Uruguai, nação independente. Em 1852, somos ainda forçados a guerrear e, desta vez, contra Rosas, e aliados a argentinos e uruguaio. Onde, o espírito conquistador do Brasil? Onde, a idéia de hegemonia orientando a política brasileira? E poderíamos se quiséssemos proceder como nos julgavam os nossos vizinhos, pois em todas as ocasiões a sorte das armas nos foi favorável e ganhamos batalhas decisivas, e estas "decidem da sorte dos Exércitos e mesmo do destino dos Povos", afirma o Senhor Lobato Filho, em seu magnífico ensaio sobre as duas "Batalhas de Guararapes". Nada, entretanto, nos levou a proceder, contrariamente, à nossa firme política de respeito à soberania e autonomia das outras nações.

A guerra de 1864, a que muitos historiadores dão como o ponto de partida da do Paraguai, nos foi imposta com violência e a ela não podíamos fugir a não ser com a quebra absoluta de nossa dignidade. Seria crível o Brasil abandonar os seus filhos à sanha impiedosa e constante do governo do Uruguai? Nós não intervinhamos e nem desejávamos intervir na política interna

daquele vizinho. Simplesmente, reclamavamos justiça. No ofício de 8 de Agosto de 1864, do Ministro das Relações Exteriores, ao Conselheiro Saraiva, lê-se: “Nada nos importa que governem a República blancos ou colorados; o governo do Império não dá apoio nem se opõe ao predomínio quer de um quer de outro; tão sómente exige de ambos o respeito devido à vida, honra e propriedade de suditos brasileiros residentes no território da República”. Como concluir que nós queríamos senhorear a política Oriental? Só a má fé, a lisonja ou um mal compreendido espírito continental poderão responder afirmativamente.

Em sua notavel obra “Causas da Guerra com o Paraguai”, que a Biblioteca Militar está tardando em fazer sua uma nova edição, o Senhor General Souza Docca, com a proficiência que todos lhe reconhecemos e que o torna mestre superior da nossa história, baseado em documentos os mais expressivos, após longas pesquisas nos arquivos oficiais e particulares, analisando fria e imparcialmente os fatos, conclue que não fomos, como se procura fazer crer no outro lado do Prata, os causadores dos funestos acontecimentos que se seguiram a missão Saraiva e divulga um fato, que, embora sendo um detalhe, serve para mostrar, sem rebuços, o sentimento pacifista que sempre animou a política de D. Pedro II: André Las Carreras, inimigo acerrimo do Brasil, e de grande influência sobre Aguirre, foi quem negociou o empréstimo de 11 mil libras, que fizemos ao Uruguai, por intermédio do Banco Mauá. Carreras era tão nosso desafeto que Aguirre o mandou como seu pleneipotenciário junto a Lopez, a-fim-de insuflar o ditador contra nós, o que conseguiu.

O Senhor General Tasso Fragoso em sua monumental história da Guerra da Triplice Aliança, com a fluência de estilo que lhe é peculiar e com a excelência, nunca assás elogiada, dos seus conhecimentos históricos, embora, não justifique, totalmente, a nossa intervenção no Uruguai, também, não justifica o ato de Lopez.

Vem a propósito citar o que, com irrefutavel lógica, escreveu o consagrado autor de “A Paz com o Paraguai”:

“...Mas da guerra posterior (com o Marechal Lopez) não somos nós, como pretendem alguns, os únicos culpados. Na peor hipótese, Lopez compartilha conosco as responsabilidades da quebra da paz. Se ele não viesse com as suas hostes agredir-nos em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, ter-se-ia evitado a tormenta destruidora”.

O Brasil, apesar dos embaraços e das provocações, tentou por todos os meios dignos evitar a borrasca que se avizinhava intensa e deshumana. A missão Saraiva é disto prova condudente. Saraiva era um homem à altura da incumbência. Dele o Senhor Hélio Lobo nos traça um belo perfil, onde se vê o estadista culto, prudente, tolerante e conciliador. Se nada conseguiu foi porque o ambiente lhe era totalmente hostil.

Herrera, Berro, Aguirre, insinuaram a Lopez, uma proteção, e este, servindo-se deles como meros fantoches, manobrou-os à vontade, fazendo fracassar a aludida missão Saraiva. Todos os esforços dos grandes estadistas do Segundo Império, foram impotentes para deter o golpe do Ditador. Ele era a serpente enroscada, solerte, no meio da selva natal, escura, tétrica e pantanosa, pronta para o bote peçonhento.

A Guerra do Paraguai, — a maior da América do Sul, como de resto foi a maior que lutamos, e é dentro dela que está situada a Batalha de 11 de Junho de 1865, — não foi, portanto, estimulada por nós e muito menos iniciada. A sua verdadeira origem, vem de remotas épocas. O Paraguai, de Francia a Solano Lopez, sempre sonhou com a hegemonia da América do Sul. E o Império do Brasil lhe era obstáculo intransponível. Destruiu-lo, arrazá-lo de vez, tal o lema dos governos guaraníes. Para tanto se fazia mistér uma preparação militar de larga envergadura. E o Ditador Lopez não medindo sacrifícios, organizou militarmente a sua Pátria. Deu-lhe arsenais, armada, exército, serviços auxiliares. Fortificou as margens do Rio Paraguai, a via fluvial, por onde, fatalmente, teriam de passar os navios brasileiros.

Humaitá, Curupaití, Curuzú, atestam, de maneira surpreendente, a pertinácia guerreira do filho de Carlos Lopez.

O "Mariscal", porém, não esteve no desenrolar dos acontecimentos posteriores à construção militar de sua terra, à altura de um General-estadista. Faltou-lhe o senso da guerra, aquela centelha divinatória que inspirou Alexandre, Cesar, Napoleão, Nelson, Caxias e Tamandaré. O Brasil, se era uma nação pacífica, aberta ao comércio universal, tendo à testa do Governo um monarca enamorado da sua grandeza e da sua felicidade, venerado pela sua prudência, bondade e espírito liberal, não dava, entretanto, o direito de ser considerada uma nação incapaz de revidar um ultrage. Lopez, não conhecia ou fingia não conhecer o nosso passado. E só assim se explica o seu gesto alucinado. A guerra foi uma fatalidade tremenda. Lopez aprisiona o Marquez de Olinda. Invade Mato-Grosso, lançando sobre uma Província cerca de 10.000 homens. Vence.

Não podia ser de outra fôrma. Antes, porém, o mundo se deslumbra e ele próprio se surpreende com a impetuosa resistência dos nossos bravos, que escreveram um poema soberbo de heroísmo, vibrante de amor à Terra natal; eles "que trocaram o livro, a foice, a pá, a enxada e a picareta pelo fuzil, pela lança, pela espada e pela baioneta, e cujas pontas aguçadas, molhadas, embebidas no sangue do inimigo, inscreveram na nossa História Militar, gloriosos capítulos", na formosa e precisa assertiva do General Benício da Silva, em erudita e elegante conferência sobre Osório.

Vem depois Laguna, que Taunay, descreveu em páginas de sangue. O Ditador continua a sua obra de destruição. Desiludido da Argentina, não lhe poupa o território. Flores percebendo o auxílio dado aos seus inimigos, vem para nós. Estava virtualmente formada, pelos desatinos do próprio Ditador, a Tríplice Aliança. Convem destacar, para honra nossa, que sem ela, ou contra ela, embora com maiores danos, nós teríamos vencido.

Lopez, agride a Terra de Mitre, toma Corrientes. Nesta altura da guerra, parte de Buenos Aires, a Divisão Naval sob o comando de Francisco Manoel Barroso, que trazia o seu pavilhão, içado na "Amazonas". O "El Supremo" depois da retomada de Corrientes e vendo a situação crítica de Robles, resol-

ve atacar a esquadra de Barroso. De Humaitá partem os nove navios comandados por Mesa, amparados pelas baterias de terra, cautelosamente colocadas por Bruguez na margem do rio, e só descobertas depois de iniciado o combate. O favorito de Mme. Lynch foi diabólico, o seu plano era repulsivo e teria vingado se não fôra o denodo dos marinheiros imperiais.

Na manhã de 11 de Junho de 1865, domingo da "SS. Trindade", o gageiro do "Mearim", avista a frota lopista e iça o sinal: "Inimigo à vista". E' a luta. Ia iniciar-se a grande peleja, aquele rio lodoso e sereno, iria dentro em pouco ser teatro de um crudelissimo prélio e a solidão daquelas florestas ínvias e ateradoras iria ser perturbada pelo troar dos canhões, os gritos dos feridos e as imprecações dos lutadores. Naquelas paragens, longe do mundo e de todo e qualquer vestígio de civilização, dois homens — Barroso e Mesa — jogariam a grande partida, da qual dependeria a sorte de uma campanha e o destino de suas Pátrias. E' neste palco que Teffé exalça as suas mais fortes qualidades e vemo-lo no auge da batalha, afrontando todos os perigos, descuidado de si próprio, olhos voltados, unicamente, para a glória de sua Pátria! E, ali, naquele inferno de sangue e metralha o valor do marujo brasileiro teve o seu mais esplendente dia de destemor, sublimando-se no heroismo!

Chega a vitória, e o inimigo, derrotado e quasi aniquilado, bate em retirada. Um navio, segue no encalço do resto da marinha lopista: a "Araguarí" sob o comando de Teffé e só retorna, ao anoitecer, em virtude dos conselhos do práctico de bordo.

Outras missões e todas de marcante destaque foram confiadas, ainda, durante a campanha ao marinheiro cujos feitos nos foram, tão cintilantemente narados pela palavra encantadora do comandante Villar, marinheiro, tambem, de ações magnificas.

Desde cedo, o comandante Vilar, afirmou o valor de sua personalidade. Aos 14 anos, Aspirante de Marinha, na madrugada de 15 de Novembro de 1889, vem, juntar-se às tropas de Deodoro, — e guiado pelo ideal republicano, ideal que nunca abandonou — cooperar na implantação do novo regimen.

Espírito dinâmico, de atitudes positivas, não ficou à margem dos acontecimentos que se seguiram ao gesto de Deodoro. E, assim, vamos encontrá-lo, de armas na mão ao lado do grande chefe da Marinha Nacional — o Almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama —, quando da revolta de 1893. E nesta, no combate da Armação, ao assaltar uma trincheira, num lance temerário, é ferido, gravemente, no peito, por um estilhaço de granada. Recolhido a um Hospital, a solicitude do Doutor Pereira Guimarães, salva-lhe a vida. E esta, a seguir, passa a ser consagrada unicamente à sua classe. Vai à Europa, assistir à construção do couraçado “Floriano”, e nele visita países amigos. Organiza as primeiras reservas navais, instrui o Tiro Naval, de tão uteis resultados. Apaixonado pela Marinha, estuda o desenvolvimento das de outras nações mais adiantadas e especializa-se em minas e torpedos. Difunde os seus conhecimentos através de monografias e livros. Comanda navios, exerce cargos de administração e por fim, dedica-se, ao problema da Pesca.

Aquí, o marinheiro cede lugar ao organizador, ao homem de visão prática e possuidor de um grande espírito público.

No “José Bonifácio” percorre todo o litoral brasileiro, fundando colônias de pescadores, dando-lhes instruções, abrindo-lhes escolas e ao mesmo tempo nacionalizando a pesca, para poder utilizar os pescadores no Socorro Naval e como auxiliares da Esquadra. Aproveita-se dos ensinamentos da guerra de 1914 e do que pelos seus países fizeram os destemidos pescadores.

E’ ele próprio, quem nos relata, em seu estilo tão belo e tão natural, o motivo de sua campanha:

“O Brasil é ainda e será o litoral; e do seu direto contacto com o mar e com os grandes rios navegáveis depende a sua riqueza, a sua crescente civilização e cultura, a sua prosperidade e defesa. E nesse litoral e desse litoral, vive a nação na multiplicidade de suas atividades — no seu comércio, nas suas lavouras e nas suas indústrias — que não poderão existir nem prosperar sem os seus empórios comerciais, os seus portos de mar, servidos por uma grande Marinha Nacional em aguas solidamente garan-

tidas por uma forte Marinha de Guerra, da qual a Pesca foi sempre o viveiro, a Escola e a grande Reserva”.

E tão acertada foi a sua atuação em prol da pesca, que o Senado Federal fez inserir na ata de sua Sessão de 8 de Outubro de 1921 um voto de louvor e o senador Alfredo Ellis, em discurso, naquela casa do Congresso, classificou-o como “um novo Rondon, nos mares brasileiros”.

Terminados que foram os seus trabalhos na Organização dos Serviços da Pesca, volta à Marinha, e temô-lo, adido naval na América, comandante da Divisão de Contra-Torpedeiros, onde modelarmente desempenhou as suas funções, tornando a sua Divisão motivo de orgulho, para o Comando Chefe da Esquadra. Ocupava o cargo de Sub-Chefe do Estado-Maior da Armada, quando, a pedido, passou para a reserva.

Proseguem, não obstante, as suas atividades.

Funda a Instituto Oceanográfico Brasileiro, o Liceu de Artes e Ofícios de Petrópolis, preside o Congresso Nacional da Pesca, e como se tudo isto não bastasse, promove e consegue criar a Liga Naval Brasileira, da qual foi o incansavel Secretário Geral. A sua folha de serviços ao País, é, pois, realmente, valiosa e confiamos que ela continuará a aumentar.

Senhor Comandante Villar:

Ao receber a comunicação de que seria o debatedor desta conferência, logo percebi que aqui, apenas, poderia trazer-vos as minhas felicitações, e me aproveitaria da oportunidade, embora ferindo a vossa modéstia, para vos dizer que tambem sois um alto servidor do Brasil, e que, a ele, tendes dado, o melhor de vossas energias, de vossa capacidade de trabalho, de vossa inteligência e do vosso patriotismo.

Não vos deixeis perturbar pela imponência do vulto do vosso patrono, porque entre vós e ele existem muitos pontos de afinidade. Estais à altura dele e se vos falta a auréola da guerra externa, pompeastes, tambem, em dado momento, a vossa bravura, em defesa de vossas convicções.

Certa vez fiquei de vos contar como antes de conhecer-vos pessoalmente e de vos poder chamar de amigo, já havia travado conhecimento convosco. Foi através de um ensaio, que publicastes, em 1908, na "Revista Marte", sobre a Batalha do Riachuelo.

Era eu uma criança, mal ingressada no Curso Ginásial, e tal foi a impressão que me deixaram o brilho e a elegância de vossa página que jamais a esqueci, e todas as vezes que lia o vosso nome, o meu pensamento voltava àquele dia, àquela narrativa !

Hoje, estamos aqui, vós com justo entusiasmo, discorrendo sobre o Barão de Teffé, eu fazendo o mesmo a vosso respeito, e ambos, envolvidos pelo mesmo amor à Pátria, à mesma confiança no seu futuro, a mesma certeza na preservação das suas glórias e da sua soberania e certos de podermos dizer, com orgulho, e seguros de nós e de nossos irmãos: "Brasil, confia em teus filhos".